



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VN DE MILFONTES

ATA Nº 1/2014

Data da reunião ordinária: 28.04.2014

Início da reunião: 21 h

Fim da reunião: 00:45 h

Membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que comparecem à reunião:

Presidente: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO

Membros:

SUSANA FERREIRA DA SILVA
ANTÓNIO MIGUEL BANZA GOMES FRIEZA
BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA
EUFÉMIA JOSÉ PARREIRA PEREIRA COSTA
FRANCISCO ANTÓNIO CAETANO LAMPREIA
JOSÉ GABRIEL RODRIGUES OPANASHCHUK LOURENÇO
MANUEL TOMÁSIA DOMINGOS
MARIA JOSÉ MARTINS GUERREIRO CHAVES

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: MÁRIO ALBERTO FELICIANO INÁCIO

Cargo: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



[Handwritten signature in blue ink]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

ATA NÚMERO UM

Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e catorze, teve lugar na sede da Junta de Freguesia, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

1- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

2- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão de 27-12-2013;
- b) - Leitura do expediente;
- c) – Apreciação de assuntos de interesse para a Freguesia.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) – Cumprimento do disposto na alínea c) do nº 2 do artº 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;
 - b) – Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2013, apreciação e deliberação;
 - c) – 2ª Modificação Orçamental para 2014: - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, 2ª Alteração ao PPI e PPA, apreciação e deliberação;
 - d) - Alteração ao protocolo celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e deliberação;
 - e) – Regulamento interno sobre a prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas, apreciação e deliberação;
 - f) – Alteração ao regulamento e tabela de taxas da freguesia, apreciação e deliberação;
 - g) – Toponímia de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação.
- ##### **4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**

ABERTURA DA SESSÃO

Pelas vinte e uma horas o senhor Presidente da Assembleia, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, e depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se registado a presença de todos os membros da Assembleia, à exceção do deputado José Gabriel Rodrigues Opanaschuk Lourenço, que chegou mais tarde.

Por proposta da Junta de Freguesia, o presidente da Assembleia submeteu a votação a alteração à presente ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

De seguida a senhora Presidente da Junta propôs a inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto:

h)- Projeto de Regulamento das atividades económicas, apreciação e deliberação.

Submetido a votação foi a inclusão deste ponto aprovado por unanimidade, com oito votos a favor.

1- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: - Não se registou qualquer intervenção.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) – Leitura, discussão e aprovação da acta da sessão de 29-04-2013: - Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares fotocopiados da ata da sessão de 27-12-2013, que foram previamente entregues com a restante documentação para esta sessão, foi dispensada a respectiva leitura.

Neste ponto da ordem de trabalhos interveio a deputada Maria José Chaves dizendo, que queria deixar uma nota acerca da elaboração das atas. Acrescentou que as mesmas devem ser escritas fluentemente e de forma explícita, de modo a poderem retratar fielmente o trabalho desenvolvido nesta Assembleia. Deu como exemplo desta falta de clareza, a reprodução da intervenção do senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, na página 5, linhas 20, 21, 22 e 23.

Intervieram os deputados Bruno Cabecinha e Susana Silva sugerindo, que nas próximas atas, os assuntos enunciados sejam separados de forma diferente, um assunto por linha seguido de ponto e vírgula, ou atribuindo a cada assunto um número ou letra, em vez de apenas vírgula, de forma a tornar o texto mais claro e preciso.

Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

b) – Leitura do expediente: - Foi presente um apelo “ Em defesa da Escola Pública” subscrito por alguns responsáveis de organizações sindicais, presidentes de Câmaras Municipais, representantes de associações de estudantes e de encarregados de educação, de docentes e de associações representativas de pessoas com deficiência.

Interveio a deputada Susana Silva, manifestando a opinião de que, o que se está a passar na escola pública é uma transição da organização escolar para o poder local, e que nas zonas rurais e menos povoadas a questão da privatização não se coloca. Terminou dizendo que a escola deve ser para todos e que o que está escrito no manifesto tem um sentido muito lato e político, não está ali nada de concreto e gostaria de ser mais esclarecida sobre o assunto.

Interveio também o deputado Francisco Lampreia, que se referiu ao favorecimento de grupos privados em prejuízo da escola pública, facto que considerou vergonhoso, acrescentou que há cada vez mais grupos privados a absorver alunos e a esvaziar a escola pública, terminou dizendo que devíamos apoiar uma iniciativa que pretende que a escola seja um serviço público e gratuito, pois os impostos que pagamos assim o justificam.

Interveio o deputado Bruno Cabecinha, que começou por dizer que não estava suficientemente informado para se pronunciar sobre os diplomas referidos na petição, que são referidos de forma muito genérica, considerou que cada força política faz a sua própria leitura, em função dos princípios que defende e considerou ainda que o ensino obrigatório deve ser gratuito, defendeu a existência da escola pública e do ensino obrigatório gratuito, mas disse também que a escola privada é necessária, que há necessidades que a escola pública não preenche.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia dizendo que esta petição é uma manifestação de apoio à escola pública, que todos sabemos que tem vindo a ser esvaziada.

A finalizar o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a possibilidade desta Assembleia subscrever esta petição, tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes oito deputados.

c) – Apreciação de assuntos de interesse para a freguesia: - Começou por intervir o deputado Manuel Tomásia Domingos que colocou as seguintes questões:

Chamou a atenção para a necessidade de um plano de prevenção para a zona de Aivados, Casas Novas e Pousadas, pois os donos das propriedades não se preocupam em fazer a limpeza, não há acessos e em caso de incêndio não há possibilidade de proteger pessoas e bens. Pediu a intervenção da Junta e da Proteção Civil;

Referiu-se também à falta de médico de família na nossa freguesia;

Manifestou o desejo de que a Associação da Ribeira da Azenha fosse reativada e o edifício reparado;

Quanto aos caminhos vicinais disse ter a impressão de que a máquina passa sempre muito à pressa, considerou ainda que o motorista da máquina deveria ser acompanhado por alguém que conheça bem os caminhos a serem reparados;

Referiu ainda a necessidade de o caminho de acesso à praia dos Aivados ser devidamente reparado;

Perguntou qual a situação em que se encontra o mercado de Brunheiras;

Referiu-se ainda à falta de sinalização na estrada municipal da Ribeira da Azenha.

Em resposta a senhora Presidente da Junta esclareceu:

- “Em relação ao plano de prevenção, não é da competência da Junta, embora não deixemos de estar atentos à situação:

Relativamente ao médico de família tenho colocado a questão em todas as ocasiões em que estou com o senhor Presidente da Câmara, mas isto é uma situação que passa pela intervenção do Ministério da Saúde e pouco ou nada pelas autarquias.”

Em relação ao edifício da Associação da Ribeira da Azenha a senhora Presidente perguntou ao deputado Manuel Tomásia o que é que pretendia que se fizesse e se existia comissão constituída. Ao que o Sr. Deputado Manuel Tomásia respondeu que o edifício se está a degradar e que gostaria que a Associação voltasse de novo a funcionar, mas que sem o edifício recuperado não era possível encontrar pessoas disponíveis para integrar a comissão. Tendo a senhora Presidente respondido que a Junta tem muitas dificuldades e que neste momento a Junta só está a apoiar as associações da freguesia pontualmente, sugeriu por isso que a associação se organize, pois quando as coisas estão a funcionar é mais fácil apoiá-las.

A este propósito interveio também o senhor Presidente da Assembleia, que fez um resumo da situação, recordando que a D. Maria dos Anjos, proprietária da maior parte do terreno onde está implantado o edifício, doou aquele terreno na década de 70, numa altura de grande atividade popular, os habitantes da Ribeira da Azenha,

participaram ativa e voluntariamente, com o apoio da Câmara e Junta, na construção da sede da Associação. Na altura ninguém pensou que a Associação precisava de um documento que provasse que aquele edifício lhe pertencia e que seria usufruto daquela população no futuro. Os anos foram passando, a equipa desmembrou-se e o edifício chegou a servir de armazém de artigos de pesca, os proprietários do terreno que o tinham cedido para um determinado fim não gostaram, porque sentiram que não estava a ser cumprido o objetivo para que aquele edifício fora construído.

Terminou dizendo que para reativar a Associação o primeiro passo é a criação dos corpos sociais e a aprovação dos estatutos, devidamente atualizados.

Retomou a palavra a senhora Presidente da Junta, para informar que em relação aos caminhos vicinais a motoniveladora tinha estado na nossa freguesia cerca de três meses, entretanto com a chuva muito do trabalho realizado foi desfeito, tendo de ser novamente refeito, acrescentou que a solução para os caminhos não é tanto a niveladora, mas sim os materiais, para um bom resultado seria necessário colocar tuvenan, fazer valetas e colocar manilhas, a niveladora é apenas um pequeno remendo.

Relativamente ao mercado de Brunheiras a Presidente explicou que:

-“ Quando foi substituída a vedação e se procedeu ao corte de alguns pinheiros, apareceram os eventuais representantes dos donos do terreno da herdade da Alpendurada, O mercado foi transferido para aquele local há cerca de 30 anos, aquele espaço foi cedido para a construção de sede da Associação e para a realização dos mercados, ora quando se estava a substituir a vedação apareceram os representantes dos proprietários, mandando parar os trabalhos, na sequência foi marcada uma reunião com os representantes dos proprietários da Alpendurada, que queriam ver os documentos comprovativos da cedência daquela terreno à Câmara, Junta de Freguesia ou Associação, documento que ninguém tem e que provavelmente não existe, os atuais proprietários da Alpendurada, uma empresa espanhola, não querem que se realize ali o mercado, na sequência destes factos o engenheiro Rui Pereira, marcou uma reunião na GNR, para dizer que o mercado não se realizaria mais naquele local. Entretanto a GNR telefonou para o Procurador, o qual diz que se os proprietários não autorizam a realização do mercado, não há mercado. Entretanto a nossa advogada entrou em contacto com o mesmo Procurador e explicou-lhe que não tinha havido ocupação do terreno naquela altura, que os mercados se vêm realizando naquele local há cerca de 30 anos, perante este facto o procurador deu indicação à GNR para estar presente no local, para garantir a realização do mercado.”

Em relação à sinalização a senhora presidente esclareceu que estava a aguardar uma reunião com a Câmara Municipal

Interveio a deputada Susana Silva que colocou as seguintes questões:

- Porque é que tinha sido retirado o pórtico do estacionamento do Farol, pois as caravanas tinham voltado a estacionar no local, com todos os inconvenientes associados, nomeadamente o despejo de detritos;

Toda a Vila está a ser pavimentada, mas no Bairro Quinta da Areia, há alguns buracos, que precisam ser tapados;

Para quando uma atitude em relação à Avenida do Farol, que se encontra em risco de ruir?

Em resposta o senhor Secretário da Junta informou que:

O pórtico do estacionamento do Farol tinha sido retirado, porque estava completamente deteriorado e que neste momento está no estaleiro da Junta a ser reparado;

Em relação á Avenida informou que também já havia falado com os responsáveis da Câmara, ARH e ICN, todos tinham conhecimento da situação e concordavam que é necessário uma intervenção urgente, mas quanto a uma resolução continuamos à espera.

Interveio o deputado Francisco Lampreia que sugeriu que a Junta adquirisse um joper para limpar fossas e criasse uma taxa social para o efeito, pois considera esta uma situação premente.

A senhora Presidente respondeu que a Junta não tem meios para adquirir este equipamento, nem dispõe de pessoal habilitado para o manobrar.

Retomou a palavra o deputado Francisco Lampreia para dizer que:

A Rua do Pinhal tem dois ou três buracos, com pedras a saltar, e seria bom aproveitar agora, que estão a asfaltar as ruas, para os tapar;

A placa “Intermarché” é um atentado à segurança, dificultando a visibilidade aos automobilistas;

Falta de placas, com a indicação de Praia do Malhão, na falta de outra solução, seria bom a Junta mandar fazer 2 placas e colocá-las, para resolver a situação de imediato;

Os caminhos vicinais são a desgraça que se conhece, já era altura de alcatroar caminhos vicinais como Brunheiras e Galeado.

A deputada Eufémia Costa fez a entrega da carta de um residente no Arneiro do Gregório, que se desloca em cadeira de rodas e pede para se fazerem três acessos aos passeios, para se poder deslocar com mais autonomia.

Interveio o deputado José Gabriel Lourenço, que começou por relembrar que a ata de tomada de posse não está conforme a lei, pois não está assinada pelo presidente cessante, nem faz menção às forças políticas por onde foram eleitos os membros da Junta e Assembleia.

Em resposta o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, em conformidade com a deliberação desta Assembleia, tinha sido feita uma adenda à ata de tomada de posse, com menção às forças políticas e que a ata está assinada por todos, à exceção do deputado José Gabriel Lourenço.

O senhor deputado José Gabriel Lourenço, respondeu que não tinha sido informado da feitura da adenda, tendo de seguida procedido à assinatura da mesma.

O senhor Presidente da Assembleia, comunicou que ia enviar cópia das atas de tomada de posse e instalação dos novos órgãos autárquicos, à Câmara e Assembleia Municipal de Odemira, Comissão Nacional de Eleições e Tribunal Constitucional e de seguida deu por encerrado este assunto.

Retomou a palavra o deputado José Gabriel Lourenço que disse:

“- O atual executivo da Câmara de Odemira está a tomar a mesma atitude, que o executivo presidido por António Camilo, em que a Junta de freguesia era completamente ignorada, na noite em que o Arcanjo foi levado, cheguei ao farol e encontrei um carro da Câmara com uma grua para retirarem o Arcanjo, sem que a Junta tenha sido informada;

Em relação à Avenida, em 2006 numa entrevista à SIC alertei para a situação a que agora estamos a assistir. Em 2010, a este mesmo propósito disse o que faria para resolver este problema, que era arrancar toda a construção e devolver a avenida à mãe natureza;

Em relação à Alpendurada, há muita gente a falar sobre o assunto, mas só 2 ou 3 pessoas sabem como o processo teve início em 1988/89 e como se desenvolveu posteriormente.”

De seguida colocou as seguintes questões à senhora Presidente da Junta:

1ª – Houve algum motivo especial para não terem sido encomendados bolos rei ao Chave ‘Ouro’?

2ª – A senhora atribuiu o fornecimento de pão a uma firma da qual é sócia?

A senhora Presidente da Junta esclareceu que os bolos rei haviam sido adjudicados a pastelarias (Paraíso, Mabi, Pão Café & Companhia e Ceifeira), o Chave d' Ouro não é pastelaria, é restaurante, foi essa a única razão porque foi excluído.

Em relação à segunda questão a senhora Presidente informou, que o pão para o almoço dos reformados e idosos da freguesia, havia sido oferecido pelo seu pai e que no seu mandato não havia sido efetuado qualquer pagamento à firma de seu pai.

Usou da palavra o Presidente da Assembleia, que abordou as seguintes assuntos, nomeadamente:

O estacionamento do canal, que apresenta alguns buracos, devido à água que corre na valeta também está a correr para o alcatrão;

Falta de controlo do consumo de energia elétrica no canal;

Os bancos do miradouro do canal, que estão a ficar danificados e a precisar de reparação urgente;

Disse que sempre tinha defendido a existência da Avenida e que é inaceitável o estado em que se encontra, aquela praia é o nosso cartão-de-visita e se a perdermos, toda a população vai sofrer;

Relativamente ao Arcanjo disse esperar que o mesmo não volte, pois sempre foi contra a sua colocação;

Em relação ao mercado de Brunheiras disse que talvez tivéssemos cometido alguns erros, nomeadamente ao cortar pinheiros e ao fazer a terraplanagem, acrescentou que certamente os proprietários estavam à espera de algum deslize da nossa parte;

Considerou que o alcatrão está a ser colocado de uma forma ligeira, não tendo em conta os altos e baixos que vão deixando para trás;

Referiu-se também ao mau estado dos caminhos vicinais;

Disse ainda estar preocupado com a Feira de Turismo a 7 e 8 de Junho, pois a imagem da Avenida não é uma boa imagem em termos de promoção turística, estamos a vender praias e turismo e a nossa principal praia está no estado que todos conhecemos;

Salientou ainda o estado do muro da EB1 da rua Custódio Brás Pacheco, que apresenta um aspeto muito degradado.

A senhora presidente da Junta respondeu dizendo que, em relação ao muro da Escola havia um projeto de voluntariado, com o objetivo de atrair voluntários para pintar os muros da escola. A Junta comprou as tintas, mas os voluntários não apareceram, entretanto as tintas ficaram na escola à espera, ou que as funcionárias da escola tenham tempo para executar essa tarefa ou que a Junta tenha trabalhadores disponíveis para o efeito.

Seguidamente o deputado Francisco Lampreia defendeu que a Assembleia devia tomar uma posição, em relação ao Arcanjo, para que o mesmo não volte a ser colocado no Farol, porque poucas pessoas gostam daquela estátua, por isso propôs que a Assembleia votasse pela não recolocação do Arcanjo e depois tentasse arranjar outro elemento, que tenha a ver com o mar e a pesca, para colocar no local.

O presidente da assembleia pediu então que o deputado Francisco Lampreia escrevesse ou ditasse os termos da proposta a submeter a votação.

Interveio o deputado Bruno Cabecinha, dizendo que se a Câmara aceitar não recolocar o Arcanjo, corremos o risco de ficar com a base e sem a estátua, o que iria causar uma situação ainda mais ridícula.

Interveio a deputada Maria José Chaves, que considerou que esta não é a altura mais adequada, pois embora também não goste da estátua, acha que não é a melhor altura para a retirar, pois todo o esforço e todas as iniciativas deviam estar concentrados em encontrar uma solução para o problema da Avenida.

O deputado José Gabriel Lourenço manifestou a opinião de que seria bom que a Assembleia tomasse uma posição única em defesa dos interesses de Milfontes.

O presidente da Assembleia sugeriu então que a proposta só seja enviada à Câmara Municipal, se for aprovada por unanimidade, caso contrário será arquivada.

A deputada Eufémia Costa pediu que ficasse registado em ata, a importância da reparação urgente da Avenida, para que não se crie a ideia de que o Arcanjo é mais importante do que a reparação da Avenida.

Posto isto, o senhor presidente da Assembleia submeteu a votação a seguinte proposta:



PROPOSTA

- 1 – Não recolocação da estátua do Arcanjo na rotunda do Farol;
- 2 – Exigir que a Câmara retire o suporte de apoio à estátua e reponha a rotunda tal como estava anteriormente.

Posta a votação foi a proposta aprovada por maioria, com sete votos a favor, uma abstenção da deputada, Maria José Chaves e um voto contra do deputado, António Miguel Banza Frieza.

Interveio ainda o deputado Bruno Cabecinha, para se referir à necessidade de alcatroar a Travessa do Poço Novo, que é uma rua onde moram várias famílias e estando enquadrada dentro do perímetro urbano de Milfontes, não se compreende que esteja naquelas condições, pois é um buraco do princípio ao fim, pediu por isso uma intervenção que dê alguma dignidade àquela rua.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

a)– Cumprimento do disposto na alínea c) do nº 2 do artº 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apreciação: - Foi presente relatório de atividades da Junta de Freguesia, correspondente ao período transato, tendo a Assembleia de Freguesia tomado o devido conhecimento, e o qual fica arquivado no maço de documentos respeitantes à presente ata.

b)– Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2013, apreciação e deliberação: - Foi presente o Relatório de Gestão e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2013, os quais depois de apreciados, foram submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, quando estavam presentes todos os eleitos da Assembleia.

c) - 2ª Modificação Orçamental para 2014: - 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, 2ª Alteração ao PPI e PPA, apreciação e deliberação: - Foi presente a 2ª Modificação Orçamental para 2014, a qual depois de apreciada, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes todos os membros da Assembleia.

d) -Alteração ao protocolo celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e deliberação: - Foi presente a alteração ao protocolo celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, a qual depois de apreciada, foi aprovada por unanimidade, com nove votos a favor.

e) – Regulamento interno sobre a prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas, apreciação e deliberação: -A senhora presidente da Junta fez a apresentação do documento, onde explicou que este regulamento tem um objetivo dissuasor, é uma tentativa de evitar alguns excessos que se verificam por parte de alguns colaboradores da Junta.

Interveio o deputado José Gabriel Lourenço, que afirmou não conhecer nenhum grande grupo que tenha regulamento sobre o controlo do álcool, acrescentou que muitos dos visados com este regulamento, se não tiverem a possibilidade de trabalhar para a Junta, não têm possibilidade de trabalhar em nenhum outro lugar, disse ser frontalmente contra este regulamento, pois a Junta tem uma função social.

O tesoureiro da Junta disse concordar com o aspeto social defendido pelo deputado José Gabriel, mas questionou de quem será a culpa em caso de acidente.

O secretário da Junta disse que este regulamento não tem apenas uma função punitiva, mas tem como objetivo, acima de tudo, prevenir o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, no horário de trabalho.

O deputado Bruno Cabecinha disse não haver qualquer irregularidade entre o regulamento e a lei, acrescentou que muitas autarquias têm regulamentos deste tipo, e que o grau de tolerância em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, pode ser estabelecido tendo em conta o tipo de função que cada trabalhador exerce.

Posto a votação foi este regulamento aprovado por maioria, com oito votos a favor e um voto contra do deputado, José Gabriel Lourenço.

f) – Alteração ao Regulamento e tabela de taxas da freguesia, apreciação e deliberação: - Foi presente a alteração ao regulamento e tabela de taxas da freguesia, a qual depois de apreciada foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes nove deputados.

g) – Toponímia de Vila Nova de Milfontes, apreciação e deliberação:- Foi presente o plano toponímico de Vila Nova de Milfontes, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes nove membros da Assembleia.

h)- Projeto de Regulamento das atividades económicas, apreciação e deliberação: - Foi presente o projeto de regulamento das atividades económicas,

o qual depois de apreciado, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes nove membros da Assembleia.

4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:- Não se registou qualquer intervenção.

MINUTA DA ATA

Nos termos do artigo 57º, da Lei número 72/2013, de 12 de setembro, foram aprovadas em minuta todas as deliberações tomadas, para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, quando estavam presentes nove deputados da Assembleia.

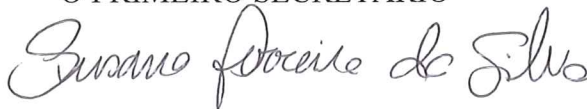
ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram zero horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que nos termos da lei vai ser devidamente assinada pelo Presidente e Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

